



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JOSÉ FELIX DE SANTANA NETO

POLÍTICA EXTERNA DO PRIMEIRO REINADO: ANTECEDENTES DE UM  
IMPÉRIO ENTRE REPÚBLICAS ÀS VÉSPERAS DO CONGRESSO DO PANAMÁ  
(1822-1831)

RECIFE  
2024

JOSÉ FELIX DE SANTANA NETO

POLÍTICA EXTERNA DO PRIMEIRO REINADO: ANTECEDENTES DE UM  
IMPÉRIO ENTRE REPÚBLICAS ÀS VÉSPERAS DO CONGRESSO DO PANAMÁ  
(1822-1831)

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de História,  
da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco – UFRPE, como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Licenciado em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana  
Albuquerque Dantas

RECIFE  
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Bibliotecária: Suely Manzi – CRB/4 - 809

S232p Santana Neto, José Felix de  
Política externa do primeiro reinado: antecedentes de um império  
entre repúblicas às vésperas do Congresso do Panamá (1822-1831) /  
José Felix de Santana Neto. – 2025.  
49 f.: il.

Orientadora: Mariana Albuquerque Dantas.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) –  
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de  
História, Recife, BR-PE, 2025.  
Inclui bibliografia.

1. História – Estudo e ensino 2. Congresso do Panamá 3. Bolívar,  
Simón, 1783-1830 4. América Latina - Relações exteriores 5. Brasil –  
História – Império, 1822-1889 6. Estados Unidos 7. Argentina  
8. Século XIX 9. Pedro I, Imperador do Brasil, 1798-1834 I. Dantas,  
Mariana Albuquerque, orient. II. Título

CDD 981

JOSÉ FELIX DE SANTANA NETO

POLÍTICA EXTERNA NO PRIMEIRO REINADO: ANTECEDENTES DE UM  
IMPÉRIO ENTRE REPÚBLICAS ÀS VÉSPERAS DO CONGRESSO DO PANAMÁ  
(1822-1831)

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de História,  
da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco – UFRPE, como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Licenciado em História.  
Recife, 02 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Mariana Albuquerque Dantas  
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

---

Profa. Jeannie Da Silva Menezes  
(UFRPE)

---

Profa. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos  
(UNICAP)

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Laudiceia Queiroz, por me apoiar em todos os momentos, escolhas e caminhos. Jamais poderei retribuir tudo o que fez por mim, mas sou grato todos os dias por lhe ter em minha vida.

Ao meu pai, Marcio Pimentel, por acreditar no caminho dos livros e da universidade pública.

À Maria Eduarda, por ser o melhor presente que essa universidade poderia me dar.

À professora Mariana Dantas, por apoiar este projeto.

À professora Lúcia Falcão, pelas horas de conversas e conselhos.

À Fundação Alexandre de Gusmão pois, sem a documentação do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), muito deste trabalho não seria possível, bem como à Biblioteca Nacional Digital.

E por todos que lutaram e lutam por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

## RESUMO

Este trabalho historiográfico analisará as relações diplomáticas estabelecidas pelo Império do Brasil no período que compreende o Primeiro Reinado - de 1822 a 1831 - com os países vizinhos do continente americano, bem como o contexto da época, que impactou profundamente a identidade nacional e como tudo isso culmina no Congresso Anfictiônico do Panamá. Mais adiante, analisaremos aspectos relevantes que circundam os eventos em torno do Congresso do Panamá (1826) e a ausência brasileira no evento, se encaixando nesse debate como uma recapitulação do que já foi estudado a nível nacional e continental sobre o tema, enquanto explora possíveis lacunas ainda não analisadas completamente nas produções já feitas, principalmente no que diz respeito a essa não participação.

**Palavras-chaves:** Império do Brasil; Pedro I; Simon Bolívar; Estados Unidos da América; Carlotismo; Argentina; Congresso do Panamá; Século XIX.

## **ABSTRACT**

This historiographical work will analyze the diplomatic relations established by the Empire of Brazil in the period comprising the First Reign - from 1822 to 1831 - with neighboring countries on the American continent, as well as the context of the epoch, which had a profound impact on the national identity, and how all of this culminates in the Amphictyonic Congress of Panama. Further on, we will analyze relevant aspects surrounding the events surrounding the Congress of Panama (1826) and Brazil's absence in the event, fitting into this debate as a recapitulation of what has already been studied in a national and continental level on this matter, while exploring possible gaps that have not yet been fully analyzed in the productions already made, especially on what regards this non-participation.

**Keywords:** Empire of Brazil; Pedro I; Simon Bolívar; United States of America; Carlotism; Argentina; Congress of Panama; 19th century.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Mapa do Império de 1822 a 1825 (p. 16).

**Figura 2:** Decreto de Pedro I sobre o aceite ao convite de Simón Bolívar (p. 32).

**Figura 3:** Mapa da República da Colômbia antes de sua fragmentação (p. 34).

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O BRASIL E CONTINENTE AMERICANO NA DÉCADA DE 1820.....	13
1.1 A monarquia brasileira e a Cisplatina.....	15
1.2 Pedro I e Bolívar: nos limites da confiança.....	19
1.3 Império do Brasil e Estados Unidos da América.....	22
2. O CONGRESSO DO PANAMÁ.....	27
2.1 A historiografia sobre a ausência brasileira no Congresso.....	31
2.2. Os resultados do Congresso Anfictiônico.....	36
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

## INTRODUÇÃO

O Congresso do Panamá é um desses episódios da história que ressurgem próximos às celebrações de seus aniversários e datas festivas, de tempos em tempos, em formato de efemérides. Mas outros tantos eventos foram aqueles que circundaram os seus dias, pois o tempo do Congresso Anfictiônico do Panamá também foi o tempo de Bolívar, Pedro I, San Martín, Sucre e das campanhas de independência na América hispanófono.

Embora o episódio seja um marco histórico, também é possível estudá-lo sob um olhar diplomático e político. Mas o que é a diplomacia? A diplomacia moderna surge com os Congressos de Viena e de Aix-la-Chapelle (Bobbio, 1998, p. 348) e o Dicionário Oxford estabelece a atividade em linhas gerais, como a “profissão, atividade, ou habilidade de administrar relações internacionais, tipicamente por um representante de um país no estrangeiro” (Oxford, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Já as Relações Diplomáticas são, segundo José Calvet de Magalhães, fruto dos “múltiplos interesses que ligam os Estados entre si” (Magalhães, 2013, p. 13), portanto, se faz possível quando há a intenção de um diálogo entre nações e isso é algo que, quando publica o Manifesto de 6 de Agosto de 1822, Pedro I buscava para, nas palavras de José Bonifácio, quem escrevera o manifesto, “Conservar as relações políticas, e commerciaes com os Governos, e Nações Amigas deste Reino, e continuar a merecer-lhes a aprovação e estimação” (Simões, 1887, p. 132).

O propósito deste trabalho está em analisar parte das relações diplomáticas estabelecidas pelo Império do Brasil no período que compreende o Primeiro Reinado - de 1822 a 1831 - com os países vizinhos do continente, bem como o contexto da época, que impactou profundamente a identidade nacional. Tudo isso ganha outro significado com o convite brasileiro para participar no Congresso Anfictiônico do Panamá.

Nesse processo de permanências e rupturas com a Europa, bem como de uma busca por legitimidade de Pedro I diante de seus pares monárquicos europeus, o Brasil se depara com a liderança política de outro país na América do Sul - a

---

<sup>1</sup> No original: the profession, activity, or skill of managing international relations, typically by a country's representatives abroad.

Grã-Colômbia -, que começava a enxergar a possibilidade de uma união panamericana para combater a influência estrangeira, especialmente a europeia, e dirimir os conflitos internos do continente, evitando guerras entre povos irmãos, que vivenciaram processos semelhantes de independência e propondo o diálogo como o caminho para a preservação da paz entre os povos do grande continente americano.

Essa iniciativa, enquanto filosofia política, é rastreável no universo concreto ao Congresso do Panamá, que ocorreu em 1826, e cujo principal pensador e executor foi Simón Bolívar, que ainda dividia sua atenção com os processos de conquista e manutenção dos territórios libertados do jugo espanhol e combatendo alguns focos de resistência no continente, embora ele já houvesse discursado sobre este sonho na Carta da Jamaica, de 1815:

Oxalá que algum dia tenhamos a fortuna de instalar um augusto congresso de representantes das repúblicas, reinos e impérios a tratar e discutir sobre os altos interesses da paz e da guerra, com as nações das outras três partes do mundo (Belotto *apud.* Bolívar, p. 88).

Considerado um episódio marcante por historiadores e diplomatas, como José Carlos Brandi Aleixo (2000), Arnaldo Vieira de Mello (1963) e Luís Cláudio Villafañes Santos (2004), sendo importante para a história da diplomacia nacional e continental por servir como ponto definidor para a política externa dos diplomatas brasileiros nos anos seguintes, o congresso ficou marcado pela ausência brasileira e dos países do “cone sul” no diálogo - mesmo com a relevância de seus projetos e de seu debate, e isso será, neste trabalho, historicamente tematizado para análise.

Embora estadistas e emissários já manifestassem interesse numa união interamericana para proteger-se da Europa e de quaisquer conflitos europeus que tentassem afetar o continente, somente Bolívar ultrapassou os limites da pena e do papel. O evento ocorreu sem a chegada de um emissário brasileiro, mesmo com a recém fundada Secretária de Negócios do Império tendo recebido os convites, garantido sua presença e enviado um emissário (Aleixo, 2000, p. 171).

Mas se Pedro I, este jovem imperador de um jovem país, buscava parcerias com nações amigas, há de se refletir sobre o porquê de, na prática, o Brasil ter se

mantido reservado politicamente no que dizia respeito a qualquer iniciativa, panhispânica de integração política ou de união econômica na época. Este sonho de Bolívar foi alcançado somente em 2008, com a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que ainda enfrenta percalços devido às iniciativas liberais nacionais e continentais.

Assim, é analisada a primeira grande tentativa de uma união continental proposta por Simón Bolívar: um congresso no istmo do Panamá, considerado pelo revolucionário o centro do mundo (Belotto *apud.* Bolívar, 1987, p. 86). Ao convidar Pedro I para participar, e este confirmar a participação, há de se questionar o porquê de o diplomata nunca ter chegado ao evento. Mais adiante serão apresentados historiadores que apontam que uma das causas foi o republicanismo dos demais países, que Pedro I temia ser uma influência negativa na política nacional, embora, o Império sempre manteve boas relações, ao menos publicamente, com Bolívar e vice-versa.

No mesmo caminho, se o Brasil não aderiu ao projeto bolivariano, o mesmo não pode ser dito sobre as propostas de James Monroe e John Quincy Adams. Num momento em que Pedro I carecia de armas e parceiros comerciais, uma aliança bélica, econômica e anticolonialista dos EUA cairiam “como uma luva” para o Império dos Trópicos. Embora o mal-estar fosse maior com os cidadãos americanos por terem fomentado movimentos revolucionários em Pernambuco - Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador-, supostamente concentrados na figura de Joseph Ray, e na Cisplatina, com o apoio do governo americano através de flibusteiros (Cruz, 2018, p. 13), o projeto americano ainda parece ser mais bem aceito por Pedro I do que o modelo de coexistência pacífica de Bolívar.

Neste sentido, o trabalho propõe uma releitura de fontes primárias (cartas, despachos, ofícios e relatos pessoais) e de fontes secundárias, construídas pela historiografia já existente sobre o tema e, ao trazer novas questões oriundas de lacunas observadas nestas mesmas fontes, contribuir com novas perspectivas sobre o processo de construção da historiografia do Primeiro Reinado e as relações diplomáticas que foram estabelecidas entre o Brasil com os demais países do continente americano, com foco na República da Grã-Colômbia e nos Estados

Unidos da América, que marcam duas formas diferentes de ver o continente americano, na perspectiva do Império, e que demonstram os rumos políticos pretendidos pelo imperador brasileiro para a sua nação.

Portanto, se as fontes primárias apresentam os dados produzidos no período em que o acontecimento histórico se desenvolvia, as ferramentas próprias deste trabalho, as fontes secundárias, ajudam a compreender o contexto, os possíveis significados dessas fontes históricas e como elas podem ser melhor lidas para que seja capaz de absorver o máximo de informação possível.

Para bem estruturar este trabalho, foi utilizado o recorte temático da História Diplomática, que analisa, em linhas gerais, a história das interações entre Estados, seja através de guerras, tratados comerciais ou de fronteiras (Boyd *et. al.*, 1999, p. 314). Este recorte, ao contrário da História Internacional, foca em apenas uma nação e a construção de suas relações diplomáticas com outros Estados.

No primeiro capítulo é debatido o processo de independência brasileiro, bem como a forma com que esta é “desenhada” e como o Brasil se impõe politicamente e territorialmente através do Manifesto às Nações Amigas, antes mesmo de declarar e conquistar, junto à comunidade internacional, sua independência. A ascendência e ascensão ao poder de Pedro I, além das implicações deste ato para a região, são debatidos e acrescidos de discussões sobre as guerras rioplatenses, o caso de Chiquitos, e a influência de José Bonifácio e suas ideias republicanas que marcaram profundamente os primeiros anos do processo de emancipação política.

Também se discute a influência exercida por Bolívar na região, como os seus discursos ecoaram por toda a América Latina, inclusive no Brasil, e especialmente na província de Pernambuco, fomentando movimentos liberais. Por fim, encerrando este primeiro capítulo, é debatida a aproximação entre o Império do Brasil e os Estados Unidos da América, uma república que, contrariando a tese do isolacionismo brasileiro, foi um dos países para o qual o Brasil prontamente se chegou e clamou por reconhecimento e ajuda militar e econômica. Mas por que o projeto americano de república era mais agradável à elite política brasileira do que o bolivariano? Esta é a pergunta levantada neste primeiro capítulo.

No segundo capítulo será discutido o Congresso do Panamá. O que cerca o congresso, como é construído diplomaticamente, os países participantes e os que

se recusaram a participar, o papel do Brasil no Congresso, o que se esperava do congresso e, por fim, o que se define através dele.

Também será discutido o que a historiografia nacional já analisou sobre a ausência brasileira e os significados que lhe foram atribuídos por alguns dos historiadores do Primeiro Reinado brasileiro, sejam estes historiadores brasileiros ou estrangeiros, que inserem a ausência do Brasil em contextos mais complexos que envolvem até elementos externos, como a Argentina, Cisplatina e o Reino Unido. Também serão discutidos os resultados políticos imediatos do Congresso do Panamá e seus “vencedores e perdedores”.

No terceiro capítulo, a política externa do Primeiro Reinado é revisada e, à luz do que foi apresentado no trabalho, posta sob análise. É discutida a multiplicidade dos resultados dos afastamentos diplomáticos mencionados nos capítulos anteriores, por parte do Brasil, e o que o Congresso do Panamá deixou de legado 198 anos depois.

## 1. O BRASIL E CONTINENTE AMERICANO NA DÉCADA DE 1820

Espero pois que os homens sabios e imparciaes de todo o Mundo, e que os Governos e Nações Amigas do Brazil hajam de fazer justiça a tão justos e nobres sentimentos. Eu os Convido a continuarem com o Reino do Brazil as mesmas relações de mutuo interesse e amisade. Estarei prompto a receber os seus Ministros, e Agentes Diplomaticos, e a enviar-lhes os Meus [...] (SIMÕES, 1887, p. 141).

Para falar sobre o que cerca o insucesso da missão diplomática do Brasil é necessário que sejam discutidos os eventos que a antecederam, como: a construção da Independência; a questão da Cisplatina, sua significância política e o mal-estar diplomático gerado entre o jovem Brasil e as igualmente jovens Províncias Unidas da América do Sul - que uma década mais tarde se tornaram a República Argentina -; os impactos externos dos conflitos internos; e também os encontros e desencontros da nascente política externa brasileira com as maiores repúblicas independentes do continente americano: Estados Unidos da América e República da Colômbia (à qual conhecemos em nossos dias como Grã-Colômbia, composta pelos atuais Venezuela, Equador, Colômbia e Panamá).

Três figuras marcantes deste trabalho, mas em especial deste primeiro capítulo são Simón Bolívar, Dom Pedro I e John Quincy Adams. Reconhecidos pela história como estadistas importantes em épocas de muitas mudanças, cada um destes líderes representou projetos políticos para o continente americano que, até os dias atuais, encontram eco em discursos correntes no tempo presente, embora diluídos em palavras usuais na política como “Destino Manifesto” e “Pan-americanismo”.

Mas estes projetos não eram estáticos. Vemos isso em alguns episódios evidenciados por João Paulo Garrido, com Bolívar se inspirando em Pedro I, que também se inspirava em Iturbide, do México (2012). Há, igualmente, Pedro I aliando políticas aos EUA, os pactos comerciais e supostamente americanistas do governo Monroe, e o Monroísmo, que observava com atenção e intenção o Brasil Imperial e as nascentes repúblicas da América Latina.

Sobre os desenvolvimentos no Império brasileiro, o ponto de partida é a carta redigida por José Bonifácio, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, no dia 6 de agosto de 1822. O “Manifesto às Nações Amigas” marca o grande passo na

política externa brasileira, pois é neste manifesto que o Brasil se coloca no mapa, anunciando seus termos, intenções e sua “razão política” de existir como nação, além de apontar que agiria mesmo sem o reconhecimento de seus pares (Cervo, 1978, p. 47-48, *apud* Anjos, 2013, p. 98).

Por ser um marco tão importante de nossa história política, no qual todas as mazelas da colonização portuguesa são destrinchadas pelo ministro, o manifesto tem importantes repercussões entre a elite política brasileira, que já estava insatisfeita com a intenção da Junta Provisional, na metrópole, de retirar o título de reino do Brasil e novamente fechar os seus portos. Como ferozmente escreve Bonifácio:

“Confiando tudo da sabedoria e justiça do Congresso Lisbonense, esperava o Brazil receber delle tudo o que lhe pertencia por direito. Quão longe estava então de presumir que este mesmo Congresso fosse capaz de tão vilmente atraiçoar suas esperanças e interesses; interesses que estão estreitamente enlaçados com os geraes da Nação!” (Simões, 1887, p. 134)

Entretanto, passos rumo à independência, na área diplomática, já vinham sendo dados desde maio de 1822, considerando os diálogos que o Brasil estabelece com os vizinhos do Prata, na figura de Corrêa da Câmara, cônsul brasileiro enviado por Bonifácio que substituiu o cônsul português na Argentina após seu falecimento (Nogueira, 1973, p. 32-33), já com a intenção de resolver os problemas políticos pendentes entre o reino e a república.

Após as duras palavras no manifesto de 6 de agosto, o passo seguinte do estadista é enviar emissários para três missões diplomáticas distintas: Inglaterra, França e Alemanha. Sobre essas, não se aprofundará este trabalho. As duas primeiras tinham fins comerciais e de parcerias industriais e políticas, bem como uma mediação de paz com Portugal. A terceira missão, no caso do Sacro-Império, fora um pouco mais complexa, pois além da busca de armamentos, Bonifácio envia Jorge Antônio Schaffer para trazer colonos que também fossem versados em armas. Ainda cogitou enviar, neste primeiro momento, uma missão para os EUA, mas devido à escassez de pessoal para lidar com os assuntos de governo, optou por manter Luiz Álvarez e Silva por perto (Nogueira, 1973, p. 35-37).

A capacidade com que desenvolve relações de confiança entre o emergente Brasil e as poderosas nações do continente europeu, no momento da

independência, bem como a forma com que exerce influência para tal, colocando o Brasil como um legítimo representante do Velho Mundo nos trópicos, renderam a Bonifácio o epíteto de “patriarca da independência”. Entretanto, ainda lhe faltava lidar com um assunto espinhoso: os vizinhos republicanos.

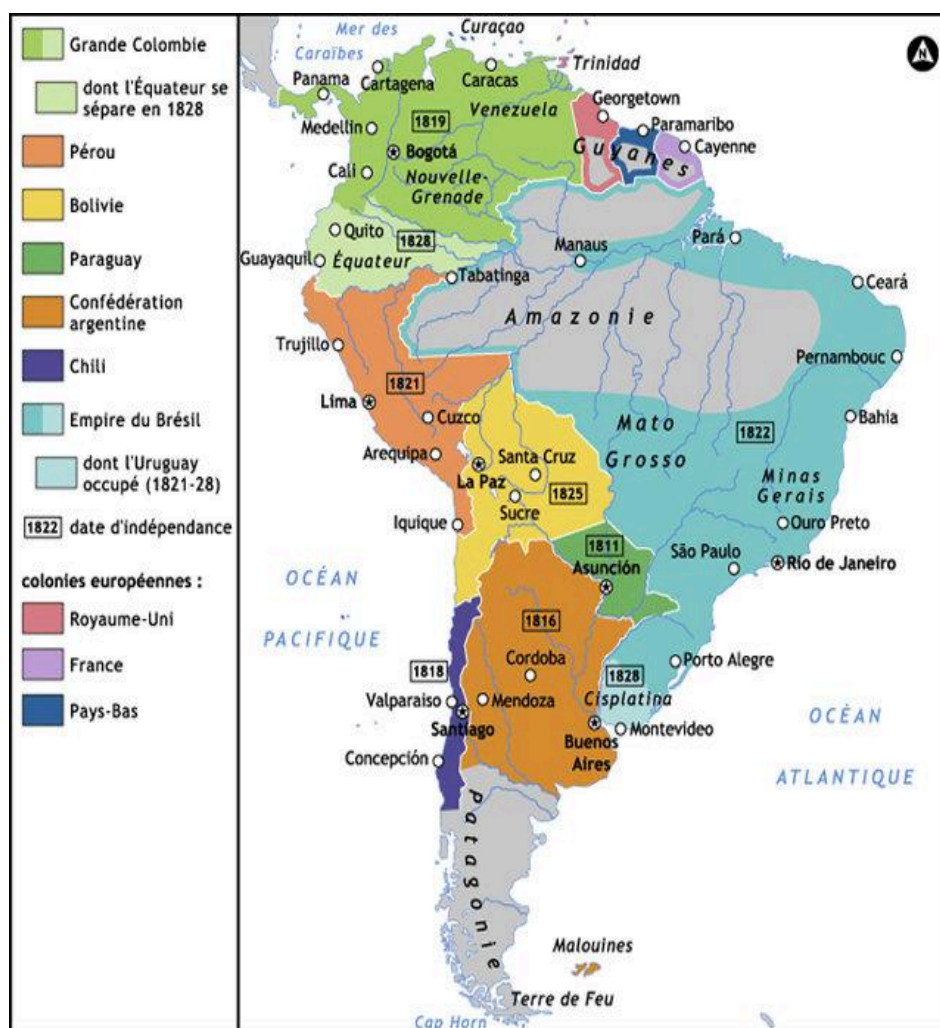
### **1.1 A monarquia brasileira e a Cisplatina**

Em 1810, a umbilical articulação de trajetórias que, no Prata, se construía entre os mundos hispano e luso-americano, se expressaria, em vários momentos, por meio de uma solidariedade em torno do interesse de manutenção, no continente, dos princípios de legitimidade dinástica [...] (Pimenta, 2007, p. 59).

Nos anos que antecederam os processos de independência, a América ainda passava por relevantes mudanças sociais, políticas e econômicas, com a transferência de poder das metrópoles para as colônias, ocasionada pelas invasões napoleônicas. As fronteiras eram muito amplas, mas igualmente móveis e nada definidas, e essa indefinição já era razão para preocupação. Os países, suas divisas e formas de governo eram instáveis. Por isso, houve um confronto que se seguiu por quase uma década, mesmo após as independências: a “Questão do Prata”.

Para que não se demore muito sobre este tópico, e expandindo o assunto já citado, a região da Banda Oriental foi herdada pelo Brasil no processo de independência. As referências ao controle brasileiro da região aparecem frequentemente nas cartas de José Bonifácio, bem como nos discursos da época, pois o lema “Da Amazônia ao Prata” era usual para descrever o Império que surgia, como este era visto como extenso, grandioso e até mesmo coeso devido ao controle central do monarca e de suas bases sólidas, enraizadas na tradição monárquica (figura 1).

Figura 1: Mapa do Império em 1822



**FONTE:** TOUSSAINT, Eric. Comment le Sud a payé pour les crises du Nord et pour sa propre soumission. **TRANSCEND MEDIA SERVICE**, 2016. Disponível em: <<https://www.transcend.org/tms/2016/08/francais-comment-le-sud-a-payé-pour-les-crisis-du-nord-et-pour-sa-propre-soumission/>>. Acesso em: 5 de set. de 2024.

Contudo, a situação do Prata não havia sido resolvida entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, antiga detentora da região antes que D. João VI a tomasse. Tendo plena ciência da crise diplomática que o controle brasileiro da região causava, antes mesmo da independência, o ministro de negócios estrangeiros tratou de enviar a missão diplomática de Correia da Câmara para lidar com a situação.

Uma parte da classe política, da qual Bonifácio fazia parte, considerava a região da Cisplatina - como ficara conhecida em território nacional - uma região que

merecia certo trato especial, digna até de um “Estatuto Especial” na assembléia constituinte de 1823 (Anjos, 2013, p. 101). Mas a situação política da região ficou mal resolvida após o golpe que pôs fim à Assembleia Constituinte no mesmo ano. O imbróglio se arrastou até 1828, quando o Reino Unido intervém e declara independente o estado que hoje chamamos de República do Uruguai.

O fato do Império do Brasil herdar o conflito que fora iniciado ainda nos tempos do Reino Unido de Portugal, lutando contra o poder de Buenos Aires, que combatiam a influência dos colonizadores europeus no continente, juntamente com o antigo regime, certamente não foi bem-visto na região (Seckinger, 1974, p. 246) e diz muito sobre como a elite monárquica brasileira não deu as costas para muito da estrutura de pensamento de dominação portuguesa.

O argumento do Império Brasileiro para manter o conflito na região, em 1825, além do fato de simplesmente ter herdado as posses portuguesas no continente americano, fora o direito que herdara da rainha-mãe Carlota Joaquina (Calmon, 2023, p. 64), esposa de D. João VI, mãe do imperador Pedro I, e que era primogênita de Carlos IV da Espanha. Este, no momento dos eventos da Primeira Guerra Cisplatina, que ocorreu entre 1816 e 1820, estava exilado na Itália, por ordens de seu próprio filho, Fernando VII, por aquele ter apoiado os franceses, no início das Guerras Napoleônicas, em sua marcha pela Europa.

A própria Carlota Joaquina, hábil politicamente, participa desse “jogo”, num primeiro momento das guerras pela Banda Oriental (Ternavasio, 2009, p. 55), utilizando-se de uma proposta feita pelo seu pai para o fim da Lei Sálica, que era a regra sucessória espanhola:

Deseaba sustituirla por la antigua legislación castellana, la cual establecía que en el mismo grado y línea eran preferidos los varones a las mujeres, pero éstas tenían prioridad sobre los varones de línea o grado posterior. Esto abría las puertas a la posibilidad de que, en caso de que no sobrevivieran los dos hijos varones de Carlos IV, pudiera sucederle en el trono su hija de mayor edad, Carlota Joaquina, por la que al decir del ministro Pedro Cevallos el rey tenía auténtica predilección (López, 2018, p. 38).

Sua aspiração era retomar uma base para a Coroa Espanhola nas Américas. Todavia, exceto pelos seus partidários da corte, não encontrou muito eco entre as elites locais da região, que temiam acabar por serem controlados pelos portugueses

ou pelos ingleses, considerando que seu controle se imporia mais forte do que a rainha (Ternavasio, *op. cit.*, p. 56).

Os eventos que ocorrem na região da Cisplatina/Banda Oriental são complexos por demonstrarem como o processo de independência não é tão simples e não tem tantos antecedentes como a história nacional dos nossos vizinhos frequentemente faz parecer - como é o caso da frequentemente citada revolta de Tupac Amaru II no Peru -, e por isso não houve uma transição pacífica.

Sobre a Província Oriental em 1810, durante a crise da monarquia causada pelas campanhas de Bonaparte, João Paulo Garrido Pimenta aponta:

A gravidade da situação não implicou, de imediato, nenhum projeto de independência da Banda Oriental que, aliás e muito pelo contrário, tornou-se uma espécie de baluarte, na América, da manutenção da soberania do rei [...], sem a aceitação de submissão a novos espaços de autoridade política como, por exemplo, a junta formada em Buenos Aires em 25 de maio (2007, p. 36).

François-Xavier Guerra demonstra (1992) como as revoluções de Independência na América Hispânica não podem ser simplificadas, pois são compostas por mudanças e permanências, considerando como, até às últimas instâncias, as elites *criollas* tentaram permanecer fiéis à coroa espanhola e às cortes. Processos complexos que misturam religião, política e conflitos internos de raça e de classe.

Guerra aponta dois momentos que são cruciais para as revoluções na América hispânica, sendo o primeiro imediato à deposição de Carlos IV por Bonaparte, em 1808, e o segundo, em 1812, quando as colônias perderam seu status de igualdade perante a metrópole. Alguns levantes já aparecem a partir de 1810, como o levante indígena de Pumacahua, no Peru.

Também há uma grande disparidade de condições sociais motivada pela questão racial no levante das colônias, o que dá certos ares de revolução aos eventos. Na Nova Espanha - atual México -, 60% da população era composta por indígenas, 22% eram mestiços e 18% eram brancos. A proporção entre *criollos* e *peninsulares* era de 70 para 1, mas, ainda assim, os peninsulares eram os que ocupavam os cargos políticos e militares de alto escalão, efetivamente controlando as colônias (Gouvêa, 1997, p. 282).

Se na Nova Espanha a elite *criolla* republicana tinha mais força, o mesmo não pode ser dito, por exemplo, do Vice-Reinado do Peru. Este último era marcadamente apoiador da coroa e seu controle foi um ponto de inflexão nas campanhas de Simón Bolívar e José de San Martín. Era o reduto dos monarquistas no continente (1997, p. 288) e sua queda marca o fim do controle espanhol na América do Sul.

Os movimentos monárquicos se mantiveram esperançosos pois havia um considerável número de monarquistas que não abandonaram suas aspirações e colocavam no Império do Brasil, em Portugal ou até na ascendência de Carlota Joaquina suas esperanças de um retorno ao controle do Antigo Regime, embora com outra roupagem, menos absolutista. E é para o Império brasileiro que estas figuras fugiram, quando foram expulsas por Bolívar e San Martín.

Pimenta aponta em artigo (2017), evidências de uma aliança entre os projetos monárquicos da Espanha e de Portugal no continente americano, funcionando como uma forma de se defender de uma “agenda francesa” republicana, tomando como exemplo a chegada de Joaquín de La Pezuela, penúltimo vice-rei peruano, ao Brasil. Deposto pelos seus pares em Janeiro, Joaquín encontra porto seguro para retornar à Espanha nos últimos meses do império português na América.

Este será um dentre muitos membros da elite de Lima que, através do Chile, fugiram para o Reino do Brasil. Alguns para retornar à pátria-mãe, outros para ficar em terras brasileiras e tramar pela manutenção da monarquia, já que se temia que o Reino do Brasil, após os levantes de Pernambuco e Bahia, tomasse rumos semelhantes aos vice-reinos espanhóis (2017, p. 90-91).

É importante compreender o temor do Carlotismo, de uma aliança luso-britânica ou de uma posterior possível reivindicação de Pedro I às terras dos demais países latino-americanos. Este medo habita os artigos de jornais e as discussões nos parlamentos das repúblicas meridionais em seu pós-independência. Pimenta demonstra habilmente que este temor se cria desde a vinda da Corte para o Brasil, que se soma ao estado caótico das coisas nas Américas e uma possível intervenção britânica na região (2017, p. 85).

Neste sentido, quando os autores clássicos e alguns modernos afirmam que as estruturas políticas e de poder na América eram constantemente assombradas pelo “gigante adormecido”, não estão de todo equivocados. Portugal, e posteriormente o Império do Brasil, vêem com maus olhos as repúblicas, embora o governo deste último reconheça talentos nos revoltosos (2017. p. 93), mesmo considerando suas “visões de mundo” equivocadas.

## **1.2 Pedro I e Bolívar: nos limites da confiança**

Sobre Simón Bolívar, o líder da Grã-Colômbia e a quem foi atribuído o título de “O Libertador”, por ter sido aquele a efetivamente guiar os movimentos de independência na América Latina, seguido por Sucre, San Martín e O’Higgins, a história já disse muito, embora as relações entre este e o Império só tenham passado a ser analisadas com mais afinco pelos historiadores a partir da década de 1980.

Com exceção dos trabalhos “Bolívar e o Brasil” (1930), de Argeu Guimarães, e “Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata” (1963), de Arnaldo Vieira de Mello, pouco havia sido compilado sobre as relações e opiniões de Bolívar quanto à porção lusófona do continente americano. Pelas suas cartas, há de se compreender que ele evidentemente não era simpatizante do sistema monárquico, registrando em seu Manifesto de Cartagena, de 15 de dezembro de 1812, certo temor à possibilidade de que ocorresse na América Hispânica uma sequência de eventos que resultasse na vinda da corte metropolitana para as colônias. Provavelmente tem como inspiração o que aconteceu, anos antes, no Reino do Brasil:

A Espanha tem neste dia um grande número de oficiais gerais, ambiciosos e audazes; acostumados aos perigos e às privações, que anelam por vir aqui a buscar um império que reponha o que acabam de perder. É muito provável que, ao expirar a Península, haja uma prodigiosa emigração de homens de todas as classes [...]. A influência religiosa, o império da dominação civil e militar, e quantos prestígios podem operar sobre o espírito humano serão outros tantos instrumentos de que se valerão para submeter estas regiões (Bolívar, 1812, tradução nossa)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> No original: España tiene en el día gran número de oficiales generales ambiciosos y audaces; acostumbrados a los peligros y a las privaciones que anhelan por venir aquí a buscar un imperio que reemplace el que acaban de perder. Es muy probable, que al expirar la Península, haya una prodigiosa emigración de hombres de todas clases [...]. La influencia religiosa, el imperio de la dominación civil y militar, y cuantos prestigios pueden obrar sobre el espíritu humano, serán otros tantos instrumentos de que se valdrán para someter estas regiones.

Simón Bolívar encarava certos problemas na pessoa de Pedro I, desconfiando de suas palavras e ações na corte (Mourão, 2009,p. 28-29), mas não inspirava rivalidades contra o povo brasileiro, enxergando-os como parte da família hispânica, junto aos demais povos da América Latina, sendo consideravelmente próximo de alguns que o ajudaram em suas campanhas. Exemplo comum ao povo pernambucano é o de José Inácio de Abreu e Lima, general pernambucano conhecido e reverenciado em alguns dos países hispânicos por onde passara como um dos “libertadores”, que lutou em Carabobo e servira nas campanhas de independência da Venezuela, Colômbia, Equador e Peru.

Mas, sobre a constante ameaça que o Brasil representava para Bolívar, essa apreensão está presente no convite do Libertador, feito através do governador da Grã-Colômbia - Francisco de Paula Santander -, pressionado pelo Reino Unido e pelo México, para que o Brasil participe do Congresso do Panamá, em 1826, embora não esteja explicitamente escrita. Rondava o debate da época, como é evidenciado mais adiante, que o Brasil poderia, a qualquer momento, enviar tropas para atacar e tomar as antigas colônias espanholas.

O temor aparece em muitas de suas cartas, como a que escrevera para o próprio Santander meses antes do convite, em 23 janeiro de 1825, confessando como, para ele, era uma desgraça que os países hispânicos fossem vizinhos do Brasil, considerando a importante posição estratégica do país capaz de frustrar os planos de cada um deles e a influência que a Santa Aliança poderia ter sobre o continente através da monarquia brasileira (Bolívar, 2016 [1825]).

Em um trecho da carta ele menciona a possibilidade de uma intervenção europeia através do Brasil para tomar todo o continente de volta e dar fim às revoluções hispânicas:

De hecho, yo concibo que le será muy agradable a toda la aristocracia europea que el poder del príncipe del Brasil se extienda hasta destruir a el germen de la revolución. Desde luego empezará por Buenos Aires y acabará por nosotros (Bolívar, 2016 [1825]).

Isto demonstra três elementos importantes sobre o cenário político continental da época: o Império não era visto como um amigo em potencial pelas

repúblicas que o circunvizinham; a Santa Aliança, na pessoa de Francisco I, sogro de Pedro I do Brasil, era um inimigo constante e que poderia atacar a qualquer momento; e a apreensão de que o que estava a se suceder na região do Prata poderia gerar uma reação em cadeia pelo resto do continente contra as repúblicas ainda frágeis.

Os ânimos entre o Brasil e seus vizinhos se tornam ainda mais acirrados quando, dois meses depois desta declaração de Bolívar, ocorre um incidente diplomático e militar na região do Alto Peru, atual Bolívia, e que na época ainda tinha redutos de resistência da metrópole hispânica. O caso de Chiquitos, bem como seus resultados, é um tema relativamente debatido na historiografia boliviana, com destaque para o trabalho de Alejandro Ovando-Sanz (1977), mas pouco conhecido na nossa historiografia e que só ganhou espaço nas últimas décadas.

Foi uma querela entre o Império do Brasil e as tropas de Bolívar situadas na Bolívia que, ao cercar as forças monárquicas espanholas em debandada do Alto Peru e refugiadas em Chiquitos, um dos últimos redutos monárquicos da atual Bolívia, se depararam com soldados brasileiros a incorporar a região como parte dos limites da província do Mato Grosso, que na época estava sob controle de uma Junta Governativa, sob ordens do governador provisório Manuel Veloso Vasconcelos.

A situação de Chiquitos, que já era complicada, vai ser inflamada ainda mais por Buenos Aires, cuja elite política instrumentaliza a situação utilizando-a como um exemplo claro de que o Brasil tinha pretensões imperialistas na região e que não descansaria até dominar todo o Prata e por isso Bolívar deveria intervir (Soares, 2023, p. 673). Em seu trabalho, Maria do Socorro Castro Soares organiza argumentos contra a tese persistente entre a historiografia de nossos vizinhos de que os comandantes mato-grossenses agiram sob ordens diretas de Pedro I, mostrando como o impasse é desfeito sem o conhecimento e a intervenção do monarca.

Mas a pressão para que Bolívar agisse não viria somente dos argentinos. Além do incitamento da própria classe política local a uma ação militar conjunta dos vizinhos hispânicos contra o Brasil, havia certa interferência estadunidense em parte dos discursos anti-monarquia. Um destes a falar contra o imperador foi Condy

Raguet, emissário americano para o governo brasileiro na época (Soares, 2023, p. 667). Essa desconfiança constante entre Brasil e Buenos Aires permanece por muito tempo na região e chega ao seu ápice ao final de 1825.

Ainda assim, a solução para o incidente de Chiquitos foi enérgica por parte de Pedro I, como ao fim demonstra a autora, que ao saber da notícia da anexação, em 6 agosto do mesmo ano, ordena a devolução da província à Bolívia - que já havia sido devolvida. Bolívar, influenciado pela Inglaterra, que recomenda cautela, aguardava com atenção os desenvolvimentos do imbróglio (Soares, 2023, p. 669). Assim, talvez tenha sido como um símbolo de boa-fé que o libertador apoiou a iniciativa de Santander e prosseguiu com o envio do convite ao Brasil para que tomasse parte no Congresso do Panamá antes mesmo da resolução do imperador quanto a Chiquitos.

### **1.3 Império do Brasil e Estados Unidos da América**

O professor, historiador e ativista brasileiro Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira enfatizou como “As relações entre o Brasil e os Estados Unidos, [...], refletiram as manifestações desse espírito (capitalista), o desenvolvimento de seus interesses e suas ambições, que se reduzem a um só objetivo: o lucro” (1978, p. 11). Ele não está, de modo algum, equivocado, principalmente quando se analisa o início das relações diplomáticas entre os dois países.

A suspeita reservada ao Brasil não era somente nas repúblicas equatoriais. Se havia preocupação com a monarquia brasileira a ponto de se constituir parte relevante da mentalidade política republicana sul-americana da época, também era motivo de desconfiança para os Estados Unidos da América, que temia que o Império dos Trópicos fosse uma ferramenta para os europeus ou uma porta de entrada para o continente - pensamento que não era de todo infundado.

Nicolau I, imperador da Rússia, rei da Polônia e grão-duque da Finlândia, membro mais poderoso da Santa Aliança (composta por Rússia, Prússia e Áustria), exorta Portugal, através de George Canning, na época ministro de relações estrangeiras do império britânico e mediador no processo de independência

brasileiro, a marchar contra o Brasil ou manter a reivindicação de controlar o jovem Império (Manchester, 1951, p. 92).

Um exemplo claro dos sentimentos americanos está no primeiro emissário no pós-independência. Peter Sartoris (ou Pedro Sartoris, como era chamado nas cartas de José Bonifácio), representante dos Estados Unidos no Rio de Janeiro no período que antecedeu a Independência, via toda a movimentação da elite nacional com bons olhos, mas seu sucessor, Condy Raguet, primeiro cônsul e diplomata americano no Brasil independente, não era tão moderado em suas palavras (Cruz, 2018, p. 4), chegando a ser expulso do país no fim de 1826.

Raguet tornou-se cônsul durante o governo do presidente James Monroe, mas seu alinhamento político estava mais próximo do, na época, secretário de estado, John Quincy Adams. Filho do ex-presidente americano John Adams, era uma verdadeira raposa política que desenhava, junto a Henry Clay, seu sucessor na posição como secretário de estado, junto ao governo de Madrid, a permanência de Cuba e Porto Rico como parte do império espanhol (Aleixo, 1983, p.32-33). Adams promoveu Raguet, após o reconhecimento da independência do Brasil, a diplomata dos EUA na corte de Pedro I.

Monroe, mais moderado e tentando manter um governo de conciliação entre os dois partidos - o que marca o fim da "Era dos Bons Sentimentos"-, vai agradar os dois partidos pois temia uma divisão irreconciliável para a nação (Cayton, 1985, p. 237-238). Nas ações políticas, favorece os federalistas e apoia as repúblicas nascentes da América, se impondo contra os europeus com a Doutrina Monroe - cujo discurso no congresso americano fora redigido por seu secretário de estado (1985, p. 231). Em outras agendas, agrada aos seus partidários, ao afastar os europeus, ganhar novos mercados mas sem se propor a apoiar material ou militarmente a essas ex-colônias. Quando Monroe se retira, permanece o vazio interpretativo se a Doutrina Monroe seria um manifesto ou um contrato.

James Monroe, em seu último ano de mandato, rapidamente reconheceu a independência brasileira. Isto se deu logo após a chegada de José Silvestre Rebello, primeiro diplomata brasileiro em Washington, substituindo Antônio Gonçalves da Cruz, que fora enviado à Filadélfia para tratar apenas de barreiras comerciais entre os dois países - similarmente ao propósito inicial da presença de

Raguet. Rebello chega aos EUA em 3 de abril de 1824, conseguindo firmar os acordos pouco depois, em 26 de maio.

Inexperiente, a exemplo de sua contraparte no Brasil - Raguet -, Rebello colecionava reprimendas pela sua linguagem direta nos documentos:

O cônsul Raguet passou a V.a Exa.,[...], uma nota duvidando da verdade do anúncio da minha apresentação oficial a este governo, [...]. Este modo de obrar e outras coisas me fazem desconfiar de que o mesmo Raguet não está animado para com o governo de S.M.I. daqueles mesmos sentimentos pacíficos, que eu aqui descubro no que é governo (Brasil, 2009 [25/09/1824], p.120).

Mas foi bem-sucedido na sua missão de conseguir o reconhecimento da independência da maior potência econômica dentre as repúblicas das Américas, bem como, com o auxílio desta, renovar a frota naval brasileira. Rebello também atuou fazendo parcerias entre empresas americanas e o governo brasileiro, marcando este primeiro momento de relações diplomáticas como sendo puramente comercial, sem mais tratados a serem assinados, por hora (Bandeira, 1978, p. 54).

Suas capacidades seriam testadas, todavia, nos eventos dos meses seguintes. A historiografia sobre a Confederação do Equador é vasta, e nesta encontram-se referências a um apoio americano aos confederados imperiais. Embora não haja apoio direto do governo dos Estados Unidos a essas iniciativas, vê-se que houve certa preocupação por parte do governo americano com o destino dos americanos detidos.

Manifesta-se através de Raguet e Rebello, este que, notadamente, empreende uma caçada aos brasileiros que fugiram para a república anglófona, enquanto aquele pleiteou na corte a libertação de seus cidadãos, detidos no Brasil (Bandeira, 1978, p. 59-62) . Rebello, que executava diversas funções além da de diplomata neste primeiro ano como emissário - foi construtor de barcos, espião e cônsul -, aponta, antes mesmo da eclosão do movimento da Confederação do Equador, epicentr , como:

É muito raro o barco, que daqui sai para o norte do Brasil, que não leve pólvora para vender por contrabando;[...] Não me consta que, apesar das desordens no norte, tenham ido armas, contudo a minha ignorância prova pouco (Brasil, 2009 [26/07/1824], p. 111).

Uma de suas “missões” como enviado era manter-se atento a possível apoio americano a iniciativas republicanas no Império. Na carta de instruções que recebera, Rebello também fora orientado que deveria indagar:

escrupulosamente, mas com toda a delicadeza, se nos Estados Unidos existe o foco deste partido [republicano], quais sejam as pessoas influentes, quais as suas correspondências e maquinações, e do que observar dará conta, secretíssima, para esta secretaria de Estado (Brasil, 2009 [31/01/1824], p. 23)

Quando Quincy Adams, a exemplo de seu pai, John Adams, alcançou a Casa Branca, todos esses fatores culminaram na decisão que fundaria o atual Partido Democrata e o sistema bipartidário como conhecemos: a participação ou não dos estadunidenses no Congresso Anfictiônico do Panamá (Cayton, 1985, p. 223).

Portanto, os laços que, neste momento, unem os EUA e o Brasil não são outros que não comerciais. Não há parcerias políticas ou acenos entre governos que senão meramente o reconhecimento da independência. O maior interesse entre os dois países estava na abertura mútua de seus portos para a entrada de mais capital.

## 2. O CONGRESSO DO PANAMÁ

A historiografia sobre o Congresso Anfictiônico do Panamá já é bem estabelecida, com trabalhos como o de grandes historiadores como Jesus Maria Yepes (1955), da Colômbia, e do historiador e diplomata José Carlos Brandi Aleixo (2000), do Brasil. Seus trabalhos expandiram o tema que anteriormente era tratado como um dos muitos episódios de tentativas de um pan-americanismo que, na prática, tardou a acontecer. Em outras obras que versavam sobre as relações internacionais do Brasil, foi digno de cinco ou seis páginas apenas, como em “De Monroe a Rio Branco”, por Helio Lobo (1912), e “Pan-Americanismo: Monroe, Bolívar e Roosevelt”, por Manuel de Oliveira Lima (1907).

A escolha da palavra “Anfictiônico” não era vazia de semântica. Ao comparar o congresso com as ligas gregas do período clássico, há uma percepção de como, para os gregos, as ilhas eram o centro do mundo, e que agora, no “Novo Mundo” que era o continente americano, o Panamá, banhado pelos oceanos Atlântico e Pacífico, centralizado num ponto de fácil acesso para todos os continentes, seria o centro político e de debates para a construção do mundo moderno. O congresso também serviria, para Germán Carrera Damas, como uma demonstração de força à Santa Aliança:

a inserção desses estados na cena política internacional seria favorecida por uma demonstração de força que consolidasse internamente sua independência e desencorajasse todo projeto de reconquista ou dominação colonial (Damas, 2003, p. 288, tradução nossa)<sup>3</sup>.

O evento aconteceu no Istmo do Panamá, como almejava Bolívar, mas os percalços políticos foram tantos que, poucos anos mais tarde, o próprio Bolívar abandonaria o sonho de uma América hispânica unida, ao ver o continente fragmentado em guerras internas.

a instituição que deveria ser admirável se tivesse mais eficácia, não é outra que coisa que aquele louco grego que pretendia guiar de uma rocha os barcos que navegavam. Seu poder será uma sombra

---

<sup>3</sup> No original: la inserción de esos Estados en la escena política internacional sería favorecida por una demostración de fuerza que consolidase internamente su independencia y desalentase todo proyecto de reconquista o de dominación colonial

e seus decretos conselhos, nada más (Beluche, 2021 apud Bolívar, 1826, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Sobre os países hispânicos que não participaram: o Chile não conseguiu mandar ninguém a tempo; as Províncias Unidas do Rio da Prata, que como o Chile, fora convidada desde 1824, não era afeita da ideia de uma união de nenhuma forma sob liderança alguma e não aprovava o convite ao Brasil; o Paraguai, que optou por manter-se isolado, não foi convidado; a Bolívia ainda estava imersa em problemas políticos internos. Deste modo compareceram apenas, dentre as repúblicas hispânicas: Peru; Grã-Colômbia; México; e a Federação Centro-Americana (atuais Honduras, Guatemala, El Salvador, Costa Rica e Nicarágua) (Reza, 2003, p. 4-12).

Quanto ao Brasil, é através de Manoel José Hurtado, plenipotenciário da Grã-Colômbia em Londres, no dia 7 de junho de 1825, que a carta, enviada por Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa - Visconde de Itabaiana-, chega ao Rio de Janeiro, e sendo recebida por Pedro I. Este, prontamente, no dia 30 de outubro de 1825, em francês, envia a resposta positiva tão esperada para os colombianos e para a Grã-Bretanha, que também era parte importante na mesa das negociações e tinha os seus próprios interesses “em jogo”:

Meu Senhor, ao qual eu apresentei a Nota, [...], teve a gentileza de aceitar o convite formal que o Governo Colombiano lhe fez para que o Brasil se associe aos outros Estados da América [...]. Ele enviará um Plenipotenciário ao Congresso para participar das deliberações de interesse geral, que sejam compatíveis com a estrita neutralidade que ele mantém entre os Estados Espanhóis e a sua Mãe-Pátria<sup>5</sup> (Brasil, 2003 [30/10/1825), p. 25-26, tradução nossa).

Embora Bolívar não tivesse deixado de desconfiar das ações e intenções do jovem imperador brasileiro, pôs suas dúvidas de lado em nome da diplomacia e boa vizinhança para, em sinal de simpatia, celebrar a abertura de negociações com o governo brasileiro e prometeu que:

---

<sup>4</sup> No original: la institución que debiera ser admirable si tuviera más eficacia, no es otra cosa que aquel loco griego que pretendía dirigir desde una roca los buques que navegaban. Su poder será una sombra y sus decretos consejos nada más.

<sup>5</sup> No original: Mon Maitre, à la connaissance duquel j'ai porté la Note, [...], a bien voulu accepter l'invitation formelle que le Gouvernement Colombien lui a faite pour que le Brésil l'associe aux autres Etats de l'Amérique [...]. Il enverra un Plénipotentiaire au Congres pour y prendre part aux délibérations d'intérêt général, qui seront compatibles avec la sctricte neutralité qu'Il garde entre les Etats-Espagnols et leur Mére-Patrie.

Se o governo de S. M. I. B., imbuído destas considerações, crê conveniente associar-se com os de outros estados americanos à assembléia, enviando plenipotenciários que tomassem parte nas deliberações de interesse geral, não incompatíveis com o caráter de neutralidade, [...] o governo da Colômbia veria com a satisfação mais viva a adesão de S. M. I. e empregaria toda a sua influência sobre seus aliados para que os representantes de S. M. I. fossem acolhidos com a devida honra e distinção<sup>6</sup> (Brasil, 2003 [07/06/1825], p. 19, tradução nossa).

Reino Unido e Holanda também foram convidados a participar como observadores externos, mas acabaram por influenciar mais nos resultados finais do congresso do que os países convidados para avaliar e votar as medidas, que se propuseram a discutir os temas.

Retomando no trato entre EUA e o Império, um detalhe a se considerar importante é a decisão de Pedro I de, através dos seus cônsules em Washington e em Londres, José Silvestre Rebello e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, respectivamente, vincular a participação brasileira no evento à participação americana. Se os EUA se prontificassem a participar, o Brasil consideraria o evento digno de sua participação e assim o faria, como demonstrado em ofício da secretaria de negócios estrangeiros, escrito por José Silvestre Rebello:

Perguntou-me alguém da Administração, se o Governo de S.M.I. enviaria ali Deputados; ao que respondi que eu não podia saber o que faria o Governo de S. M. I. no Rio de Janeiro, mas que me parecia que elle tomaria por alvo a conducta do Governo dos Estados Unidos neste cazo (Brasil, 2003 [20/10/1825], p. 23-24).

Houve um debate muito forte entre a classe política americana, especialmente na câmara e no senado, sobre se os EUA deveriam participar do evento e comprometer-se com os acordos assinados no congresso pelos plenipotenciários, se deveriam se indispor com a Europa ao participar dele, e se deveriam, de alguma forma, se aproveitar dele - instrumentalizá-lo - para atingir fins melhores do que inicialmente caberia ao governo (Cayton, 1985, p. 231).

---

<sup>6</sup> No original: Si el Gobierno de S. M. I. B., penetrado de estas consideraciones, creyera conveniente comunicar con los de los otros Estados americanos a la Asamblea, enviando Plenipotenciarios que tomaren parte en las deliberaciones de interes general, no incompatibles con el caracter de neutralidad, [...] el Gobierno de Colombia miraria con la satisfaccion mas viva la anesión [sic] de S. M. I. a sus miras y emplearia todo su influjo sobre sus aliados para que los representantes de S. M. I. fueran acogidos con el debido honor y distincion.

Este último ponto é bastante importante, pois, a despeito do que Bolívar pensava - que o silêncio americano era temor de se indispor contra a Europa -, como escrevera na Carta da Jamaica - “não apenas os europeus, mas até nossos irmãos do norte se mantêm imóveis espectadores desta contenda” -, a trama era mais complexa. Brasil e EUA, embora desconfiassem um do outro, tinham parceiros importantes em comum, a saber, o Reino Unido e a Espanha.

E é Madrid que, não sendo convidada por razões evidentes para este congresso das Américas, montou uma artimanha para desarticular uma das pautas, que era a invasão de Cuba e Porto Rico, além de querer uma compensação de suas ex-colônias pelas guerras de independência (Reza, 2003, p. 13).

Embora não estivessem ligadas aos continentes, havia a intenção de libertar as ilhas caribenhas do controle espanhol por parte de Bolívar, Sucre e San Martín, e isto também seria um problema grave para o governo americano, especialmente por causa da fonte de renda dos estados sulistas, baseada no trabalho escravo. Se temia que uma campanha de libertação de Bolívar na região causasse um levante de escravizados semelhante ao que ocorrera no Haiti havia três décadas.

Então, os emissários madrilênses se colocam entre o Brasil e os EUA, pedindo por uma mediação para com os demais países americanos, uma voz entre as suas ex-colônias. Embora fosse uma monarquia, o Império do Brasil, nas palavras de Manuel Gameiro Pessoa, deixou passar a oportunidade de ganhar alguma vantagem nos acordos.

passo por certos [sic] que os Estados-Unidos tem oferecido á Côrte de Madrid a [sua] mediação entre Ella, e as Republicas Hispano-Americanas, e está negociando huma tregoa entre aquella Metropole, e suas antigas Colonias. Tem portanto o Brasil perdido as vantagens que podia lucrar se tivesse feito o que os Estados Unidos estão presentemente fazendo (Brasil, 2003 [11/09/1826], p. 46).

Os EUA por sua vez, embora fosse uma república que, segundo a Doutrina Monroe, era contra a presença europeia no continente americano, sentou-se na mesa de negociações com Madrid, já que tinham o objetivo comum de manter a estabilidade da estrutura econômica, política e social da escravização de africanos no continente (Cayton, 1985, p.236).

As pautas eram muitas, mas destacavam-se algumas pela sua vanguarda, e foram essas que representaram incômodos para os Estados Unidos da América, Espanha e Reino Unido, o que os motivou a, supostamente, sabotarem as reuniões. German De La Reza aponta 10 pautas, todas de considerável relevância:

1. Renovação dos tratados de união, liga e confederação; 2. Publicação de um manifesto denunciando a atitude da Espanha e o dano que causou ao Novo Mundo; 3. Decidir sobre o apoio à independência de Cuba e Porto Rico, assim como das Ilhas Canárias e das Filipinas; 4. Celebrar tratados de comércio e navegação entre os estados confederados; 5. Envolver os Estados Unidos para efetivar a Doutrina Monroe contra as tentativas espanholas de reconquista; 6. Organizar um corpo de normas de direito internacional; 7. Abolir a escravidão em todo o território confederado; 8. Estabelecer a contribuição de cada país para manter contingentes comuns; 9. Adotar medidas de pressão para forçar a Espanha a reconhecer as novas repúblicas; 10. Estabelecer as fronteiras com base no *uti possidetis* de 1810 (2003, p. 12, tradução nossa)<sup>7</sup>.

A única proposta aprovada pelos participantes foi a primeira, de renovação dos termos de amizade entre os países constituintes e a construção de um tratado de união, que só foi efetivamente ratificado pela Grã-Colômbia. Dentre as demais aventadas, discutiram-se efetivamente: a terceira proposição, que foi boicotada pelos EUA e sua política de neutralidade; a quarta proposta, que foi a única que agradou a todos os presentes, especialmente a Grã Bretanha, que expandiu o alcance do seu comércio; e a oitava proposta, apoiada pelo México e o Peru, mas rechaçada pelos demais membros.

## 2.1 A historiografia sobre a ausência brasileira no Congresso

Antes de tudo, é importante considerar como parte da alta sociedade brasileira via os países vizinhos. Se não é possível, por causa das brumas da

---

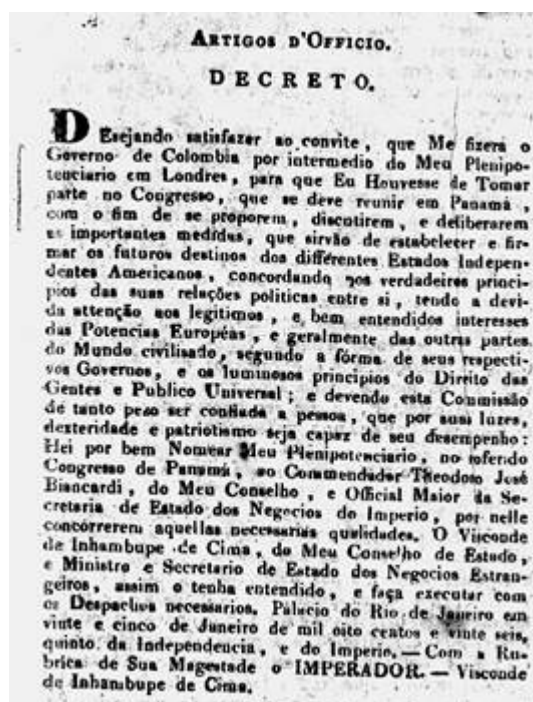
<sup>7</sup> No original: 1. Renovación de los tratados de unión, liga y confederación; 2. Publicación de un manifiesto en que se denuncie la actitud de España y el daño que ha causado al Nuevo mundo; 3. Decidir sobre el apoyo a la independencia de Cuba y Puerto Rico, así como de las islas Canarias y Filipinas; 4. Celebrar tratados de comercio y de navegación entre los Estados confederados; 5. Involucrar a Estados Unidos para hacer efectiva la Doctrina Monroe en contra de las tentativas españolas de reconquista; 6. Organizar un cuerpo de normas de derecho internacional; 7. Abolir la esclavitud en el conjunto del territorio confederado; 8. Establecer la contribución de cada país para mantener contingentes comunes; 9. Adoptar medidas de presión para obligar a España al reconocimiento de las nuevas repúblicas; y 10. Establecer las fronteras con base en el *uti possidetis* de 1810.

história, captar com plenitude o que todas as camadas da sociedade brasileira da época consideravam quanto às aproximações diplomáticas para com os países vizinhos, é possível sabê-lo ao menos por parte da elite, através dos jornais e periódicos veiculados na época.

O principal meio de informação sobre os atos da corte, o *Diário Fluminense*, é por onde as notícias dos eventos são expressas para a população geral e não somente da perspectiva do Brasil. Nele aparecem discursos do presidente americano John Quincy Adams, além de notícias sobre as demais repúblicas da América Latina, bem como informações do que se passava no continente europeu.

Foi através das páginas do *Diário*, nos chamados *Artigos d'Officio* [sic] que o Imperador Pedro I anunciou ao povo a participação no Congresso, no dia 6 de fevereiro de 1826.

**Figura 2:** Decreto de Pedro I sobre o aceite ao convite de Simón Bolívar.



**FONTE:** FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Diario Fluminense* (RJ) - 1825 a 1831, 1826. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706744&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=1288>. Acesso em: 15 de nov. de 2024.

Os demais detalhes da comitiva brasileira para o evento, entretanto, não foram destacados. Do Congresso em si, vemos fragmentos oriundas de traduções de discursos de presidentes estrangeiros: José Miguel Felix, conhecido por seu pseudônimo, Guadalupe Victoria, presidente do México; e o já citado Quincy Adams, que discursou em duas ocasiões para o legislativo americano sobre o congresso.

Muito foi dito pela historiografia nacional, mas sobre a ausência brasileira, temos apenas especulações por parte dos trabalhos tanto deste século, como do século passado. Pedro Calmon aponta simplesmente que Theodoro José Biancardi chegou a sair do Rio de Janeiro, mas regressou da Bahia (2023, p. 181).

O leitor, então, é apresentado a uma nota de rodapé que não ajuda muito a aprofundar sobre os motivos desse retorno do emissário brasileiro, atrelando à informação alguns dos trabalhos de Argeu Guimarães (1942), Helio Lobo(1912) e Jesus Maria Yepes (1955), que também não escrevem muito mais sobre o assunto, afirmando apenas que o plenipotenciário Biancardi fora o escolhido de Pedro I mas que não comparecera no congresso.

German de La Reza traz outra informação que não encontra maior suporte em outros trabalhos sobre o tema. Reza aponta que Pedro I sinalizou o envio de dois emissários, Theodoro José Biancardi e José Alexandre Carneiro Leão, visconde de São Salvador de Campos, todavia nenhum dos dois compareceu no congresso, e a esse fato, Reza atribui que o imperador os retém “para não entorpecer as ações encaminhadas a conseguir o reconhecimento dos governos europeus e evitar a interferência hispanoamericana no conflito fronteiriço com Buenos Aires” (2006, p. 30, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Mas o autor se equivoca em dois pontos: quando argumenta sobre o reconhecimento dos governos europeus, pois do reino de Portugal isto já havia sido conquistado, em agosto de 1825, e essa era a única condição expressa abertamente e imposta por Pedro I para o envio de um emissário (Brasil, 2003 [09/11/1825], p. 25); e quando indica que José Alexandre Carneiro Leão seria o

---

<sup>8</sup> No original: para no entorpecer las gestiones encaminadas a lograr el reconocimiento de los gobiernos europeos y para evitar la interferencia hispanoamericana en el conflicto fronterizo con Buenos Aires



Villafañes também traz a análise de trabalhos nacionais e estrangeiros sobre o tema, expondo diferentes linhas de estudo sobre os motivos que levaram o governo brasileiro a recuar na participação de Biancardi no congresso, estudando principalmente o que as documentações não dizem, e é neste momento que o historiador e diplomata cita Ron L. Seckinger (2002, p. 81).

Em seu trabalho, Seckinger utiliza-se de documentação do *Foreign Office* britânico para argumentar que a indicação do plenipotenciário seria “de fachada” (1976). Sua tese se justifica com uma carta privada de Henry Chamberlain, cônsul do Reino Unido no Rio de Janeiro, para o secretário de negócios estrangeiros George Canning, de 9 de fevereiro de 1826, que mostra como o processo fora construído:

Não é intenção que [o nomeado] se desloque imediatamente. Na verdade, pelo que o Ministro [de Relações Exteriores] me disse, confidencialmente, a nomeação pode ser considerada como tendo sido anunciada ao público mais para manter as aparências do que para ter qualquer outro efeito prático (1976, p. 252, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Outro emissário seria enviado no lugar de Biancardi, segundo outra carta entre Chamberlain e Canning, de 19 de junho de 1826, mas isto não aconteceu. Para Seckinger:

Para todos os efeitos, Dom Pedro não tinha intenções de participar nas discussões do Panamá, onde os delegados hispano-americanos iriam muito provavelmente unir-se na questão da Banda Oriental. Como o maior país da América do Sul, a vantagem do Brasil não em promover um sistema institucionalizado de relações internacionais mas em perseguir uma estratégia de dividir e conquistar (1976, p. 252, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Mas, para todos os efeitos, em documentação oficial de 10 de novembro de 1841, já nas negociações para o Congresso de Lima, a secretaria de negócios

---

<sup>9</sup> No original: It is not intended that [the nominee] should set off immediately. In fact, from what the Minister [of Foreign Affairs] has told me, confidentially, the nomination may be considered as having been announced to the Publick more for the sake of saving appearances than for any other practical effect.

<sup>10</sup> No original: By all appearances, Dom Pedro had no intention of participating in the discussions at Panama, where the Spanish American delegates would quite likely unite on the Banda Oriental question. As the largest country in South America, Brazil's advantage lay not in promoting an institutionalized system of international relations but in pursuing a divide-and-rule strategy.

estrangeiros aponta que chegou a enviar o emissário. Todavia este teve de retornar por motivos pessoais:

ao Plenipotenciário que se apressou a mandar ao Congresso de Panamá [...], mas que motivos pessoais impedirão de ir a tempo de poder tomar parte nas tarefas de que se ocupou aquele respeitável Corpo durante o curto espaço que esteve reunido (Brasil, 2009, p. 284).

Se de um lado os britânicos queriam a participação do Brasil para ter uma monarquia entre repúblicas, representando um elo entre a Europa, a vontade do Imperador parecia soberana o suficiente para, segundo os trabalhos de Ron Seckinger, manter o Brasil afastado de participações políticas maiores no continente. Entre as querelas de Madrid, Caracas, Washington e Londres, o Rio de Janeiro teria optado por se manter reservado, lidando com a sua já conturbada política nacional.

## **2.2. Os resultados do Congresso Anfictiônico**

Em poucos momentos da história é possível falar sobre vitórias absolutas, mas esta foi, para o império britânico e a Europa, uma delas. Se o congresso fora motivado para ser uma demonstração de força de uma América unida em um só ideal para a Europa, os danos que causou para a ideia do pan-americanismo foram tão grandes que as demais iniciativas posteriores, até a Conferência Pan-americana de Washington, em 1889, passaram a ser mais regionais e menos universalistas e heterogêneas em seus membros do que a aspiração de um congresso continental como originalmente fora proposto.

O Reino Unido conseguiu se manter como o principal parceiro comercial dos países da América Hispânica, considerando que conseguiu renovar e assinar tratados comerciais durante o congresso. O posto do Reino Unido, de principal parceiro comercial dos países da América do Sul e Central, só foi progressivamente suplantado pelos Estados Unidos da América após o fim da guerra civil americana.

Os EUA de Quincy Adams conseguiram evitar um levante escravizado em Cuba, que ameaçaria a estabilidade da porção sul da federação, cuja economia era baseada no sistema *plantation*, adiando também a resolução dessa contradição

comum nos estados-nação da modernidade. Também lucrou muito com os acordos comerciais ratificados.

Como a ideia de unidade já estava fragilizada no início do Congresso, a Grã-Colômbia, alguns anos mais tarde, vai se fragmentar em torno das elites das cidades mais relevantes, compondo os atuais Colômbia, Venezuela, Equador e, algumas décadas mais tarde, o Panamá, que, com apoio americano, ganha sua independência da Colômbia. O México e o Peru, instáveis internamente, vão perder porções de seus territórios em guerras com países vizinhos. O sonho de uma união entre os países da América, por certo tempo, tornou-se distante.

O Brasil, por sua vez, perdeu cada vez mais espaço nos debates internacionais por um processo que Clodoaldo Bueno vai chamar de “imobilismo”, referenciando a situação em que se viu o Império durante o Primeiro Reinado. Se houve uma participação brasileira nos assuntos internacionais de forma ávida nos primeiros anos de sua independência, ao fim do governo de Pedro I o retrato é diferente.

Além de um acúmulo de dívidas e juros, perdeu territórios importantes pois cedera aos ingleses grande parte de sua soberania internacional:

Para fazer cumprir as estipulações que lhes convinham, as nações fortes da Europa e os Estados Unidos recorriam a uma diplomacia arrogante e às ameaças da força. Sem poder com elas medir-se e reagir, permanecia o governo brasileiro numa oposição defensiva e conciliadora, cumprindo obrigações [...]Parecia suficiente, como proposta de política externa, administrar o imobilismo (2014, p. 59-60).

Desta feita, além de isolar-se politicamente dos seus vizinhos, perdeu voz política e força de ação, aproximando-se geopoliticamente dos Estados Unidos, que se tornavam um símbolo de civilização e progresso na mentalidade do Império (*op. cit.*, p. 65).

A imagem de Bolívar se desgasta entre a população brasileira devido ao apoio de alguns dos países latino-americanos à reivindicação uruguaia no início da Guerra da Cisplatina (que já estava acontecendo durante o Congresso do Panamá),

de tal modo que vai ser criticado por parte da imprensa liberal brasileira, principalmente após a mudança de suas políticas e sua centralização de governo.

Em agosto de 1825 foi declarada a independência da Província Oriental com o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata. Inicialmente reticentes com um apoio político e militar contra o Brasil, vão empreender campanha militar que avança pelos pampas rapidamente, tomando ainda em 1825 a maior parte do território da Cisplatina.

Entre avanços e retrocessos, o primeiro acordo, firmado na Conferência de Paz de 1827, vai ser rechaçado pelos buenaienses por ser considerado “vexatório” para as lideranças políticas, já insatisfeitas com o governo de Rivadavia. Rivadavia é deposto e um novo acordo de paz só é selado, definitivamente, em 1828, com participação do Império Do Brasil, das Províncias Unidas e da Grã-Bretanha, prejudicada com a duração da guerra e seus negócios na região do Rio da Prata (Oliveira e Lessa, coords., 2014, p. 24).

O *Aurora Fluminense* vai emitir nota, em sua 183ª edição, do dia 29 de abril de 1829, sobre o que considerava o início de um despotismo da parte de Bolívar, comparando-o a Bonaparte e a outros que tentaram tornar-se monarcas.

Todos os ambiciosos seguem a mesma rotina: para irem a seus fins não poupão as grandes palavras: protestações de seu amor, e respeito pelos direitos dos cidadãos. [...] Poderá Bolívar estabelecer solidamente seu império em Columbia, ou seja, com o titulo, e insignias de monarcha, o nome mais amplo e indefinido de Libertador?

Os jornais também lamentaram o esvaziamento do Congresso Anfictiônico, atribuindo diferentes motivos para o fracasso. O diário *O Cruzeiro*, de publicação em Recife, Pernambuco, que evidencia o insucesso da proposta, aponta o fraco apoio à influência de partidários internos e externos à América Hispânica. Num apanhado sobre o caos que se instalou na América Hispânica, o jornal continua a refletir sobre o México e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Sobre a Bolívia, Colômbia e Peru, escreve o seguinte:

O Peru e Bolívia são satélites da Columbia governados pela influencia de Bollivar. Os talentos políticos deste homem extraordinário se tem

feito notar pela concepção e complemento deste sistema de federação que garante a paz e segurança das fronteiras do sul. Mas a Grande Aliança que tinha projectado entre todas as republicas ex-hespanholas, para por debaixo de garantia commum sua independencia nacional, [...], encalhou contra as intrigas exteriores e interiores suspeitas de alguns estados confederados.

Os únicos que escapam das críticas e recebem elogios são Paraguai e Chile, por serem, essencialmente, isolacionistas, embora cultivem boas relações com os países vizinhos e sejam estáveis politicamente, segundo os redatores.

O Congresso terminou apenas em 1828, após sua transferência da Cidade do Panamá para Tacubaya, no México. A motivação para a transferência, segundo La Reza, seria a intenção peruana e mexicana de retirar o congresso “das mãos” de Bolívar e facilitar o acesso para os plenipotenciários (Reza, 2006, p. 75-76). As dificuldades para se chegar ao istmo eram tantas que o Brasil sugeriu, antes mesmo da primeira reunião, modificar o local dos congresso para que as reuniões seguintes fossem feitas na província do Grão-Pará, por ser de melhor acesso para os países americanos e, ironicamente, para a Europa:

Em conversação que tive com o Ministro de Columbia avancei a proposição de que, estando a Cidade do Pará no ponto o mais central da America, e o mais próximo da Európa, éra ali que se deverião instalar os futuros Congressos Americanos; [...] e que ao ménos se deve adoptar o principio de alternar-se o lugar das subseqüentes reunioens (Brasil, 2003 [30/11/1825], p. 28).

Ao lembrar desesperançosamente a experiência revolucionária em sua carta ao coronel Juan José Flores, já no processo de fragmentação da outrora Grã-Colômbia que se segue ao assassinato de António José de Sucre, afirmara: “El que sirve una revolución ara en el mar” (Bolívar, 1830). Ao fim e ao cabo, o que restou foi o lamento de Bolívar sobre um sonho que não se concretizou, pois a cartilha que fora aprovada era nada menos do que uma sombra do documento que era esperado.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se entender, dentre as relações estabelecidas entre o Império do Brasil e os países hispânicos com quem compartilha o continente americano durante os primeiros anos de sua existência enquanto Estado, como o distanciamento político entre a monarquia e estas nações se deu por muitas razões, tornando o exercício de simplificar essas ausências como sendo geradas devido somente a uma distância linguística ou geográfica um evidente equívoco.

Também não se pode acusar meramente a diferença entre a forma de regime político dos Estados, sendo este um modo demasiadamente simplificado de se ver os muitos e mais complexos fatores que estavam em discussão na época e influenciam as tomadas de decisão.

A elite monárquica brasileira tinha fortes laços sanguíneos com a Espanha que os “libertadores” lutaram para expulsar do continente, e isso causava temor em seus vizinhos hispânicos, mas era a natureza do modo de governo de Pedro I que afastava ainda mais Bolívar e seus pares de uma parceria mais estável com o governo brasileiro.

Bolívar considerava o modelo de monarquia constitucional como a mais perfeita forma de Estado, utilizando como exemplo, na Carta da Jamaica, o sucesso do Reino Unido - inaplicável no continente americano por falta de patriotismo, segundo ele -, mas as notícias que lhe chegavam do Brasil tratavam somente sobre os maus intentos absolutistas do jovem imperador brasileiro.

A Guerra da Cisplatina ocupa um papel importante nesse afastamento. A campanha política e midiática empreendida pelas Províncias Unidas do Rio da Prata para desacreditar os demais países latinoamericanos do governo brasileiro, bem como da própria imprensa da Banda Oriental, que se dividia entre realistas ferrenhos, apoiadores da Espanha, e conseqüentemente, da reivindicação de Pedro I, e liberais que, conforme evidencia Garrido Pimenta (*op. cit.*, 2007), eram totalmente avessos a um regime político e social que consideravam retrógrado e incompatível com o espírito da Banda Oriental.

O que afasta o Império da Banda Oriental/Cisplatina é, também, a compreensão paulatina entre setores das sociedades sulamericanas de que o tráfico de escravizados era incompatível com um sistema de governo que se dizia moderno, com o mesmo se aplicando às lideranças da Grã-Colômbia, embora o trabalho escravo fosse permanecer nas repúblicas hispânicas por cerca de mais três décadas - à exceção de Chile e Bolívia, que o banem ainda em 1823 e 1826, respectivamente.

Mas essa é uma dentre tantas contradições sociais e políticas vividas pelo Brasil que causavam estranhamento aos seus vizinhos. A invasão de Chiquitos, que até hoje é debatida entre os países vizinhos da América Latina, é um exemplo da instabilidade política vivida no Império. Embora a estrutura de comando fosse rígida, os seus agentes agiam por conta, até mesmo contra ordens expressas de todas as camadas superiores.

A repressão à Confederação do Equador também surtiu efeito nos jornais americanos da época, embora o impacto tenha sido minimizado por Rebello em seus despachos a Carvalho e Melo, que aponta contradições nos relatos entre os americanos ainda presentes na província de Pernambuco e os marinheiros que chegavam de viagem, afirmando que a opinião dos americanos se mantinha menos simpática aos revoltosos.

As relações diplomáticas brasileiras estabelecidas nesse momento do Primeiro Reinado pós-independência, no espaço temporal analisado e objetificado neste trabalho é, na maior parte de seus momentos, demasiadamente difusa, sem muitas linhas de atuação e projetos políticos internacionais além de conseguir a aceitação de sua própria soberania e reforçar a segurança de seus mares e fronteiras contra os países com quem pouco ou nada fez para manter alianças.

Todavia, como historiograficamente problematizado anteriormente, não é de todo injusto analisar a ausência brasileira no Congresso Anfictiônico do Panamá e presumir que esta não seja fruto de uma intenção que não consta nos documentos oficiais do governo brasileiro, como fizera Villafañes (2004, p. 83) ao apontar o debate sobre o tráfico de escravizados como um dos possíveis motivos que fizeram o Brasil não comparecer.

Nesta linha, a base da teoria de Seckinger se encontra em documentação estrangeira secretada, não havendo margem alguma para esta interpretação em documentação, despachos ou ofícios das embaixadas brasileiras, fundamentando sua forte teoria de que o gesto fora puramente político, feito “para inglês ver”, embora nos bastidores até mesmo os próprios britânicos soubessem a verdade e até a apoiassem (1976, p. 250).

Outro argumento é de Yepes, que considera que as jornadas eram demasiado extenuantes para os diplomatas, além de uma natural dificuldade de comunicação para a época como possíveis razões para a ausência. Caberia uma maior consideração às hipóteses apresentadas por José Carlos Brandi Aleixo (2000), que não desacredita a possibilidade de uma ausência motivada por razões políticas num conluio entre Brasil e Grã-Bretanha.

Todavia, teria havido, para Seckinger, uma clara estratégia de dividir e conquistar, embora talvez não houvesse tamanho desinteresse por parte do governo brasileiro a ponto de ignorar por completo as movimentações continentais (1976, 253). Diplomáticamente, no primeiro reinado, o Brasil se torna o “elefante na sala”, uma presença indelével que não interagira mas era grande demais para ignorar e ser ignorado.

O Brasil foi o único país do continente americano a ter guardado as atas originais do Congresso. Sua devolução à Venezuela foi anunciada no aniversário de 150 anos do congresso, em 1976, mas foram entregues oficialmente somente em 2000. Restaria ao historiador presumir que, segundo a documentação oficial, fora por infortúnios somente, pelo que se pode compreender das evidências históricas contidas nos arquivos diplomáticos, que a presença brasileira não se fez no Congresso Anfictiônico do Panamá.

Nesta linha, é importante pensar o Congresso de outra forma, como o fez Rebello, em Washington: que entre tantas instabilidades políticas internas e mudanças constantes no cenário internacional, a primeira grande medida de política externa do Brasil poderia ser a participação neste Congresso que, garantindo que não se teria como pauta o regime político experienciado pelos países participantes, tentou unir - talvez utopicamente -, em um único sonho, uma América com povos de idiomas díspares e formas de governo igualmente diferentes.

Muito maior do que o sonho do panhispanismo restrito às cartas de Francisco de Miranda, o objetivo da vida de Simón Bolívar era ver o continente americano em paz interna, forte e com sua força reconhecida internacionalmente, livre da influência europeia e unido na proteção dos direitos das gentes.

Agora, quase 200 anos depois do Congresso do Panamá, o projeto de Bolívar ainda não foi materializado por completo. Embora suas propostas tenham servido como fonte para a Liga das Nações e a UNASUL tenha sido uma força considerável antes de ser fragmentada pelos movimentos neoliberais que se apossaram do continente no fim da última década, ela se limita à América do Sul, sendo ainda uma versão incompleta do projeto inicial de uma aliança de colaboração mútua de alcance continental, não restrita à hispanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, José Carlos Brandi. O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2000, 43ª ed.

ALEIXO, José Carlos Brandi. Visão e atuação internacional de Simón Bolívar. **Revista de informação legislativa**, v. 20, n. 80, p. 25-52, out./dez. 1983. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181471>. Acesso em: 15 de mar. de 2024.

ANJOS, João Alfredo dos. José Bonifácio: o patriarca da diplomacia brasileira. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 89-122.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BELLOTTO, Manoel Lello; CORRÊA, Anna Maria Martinez (Org.). **Bolívar: Política**. São Paulo: Ática, 1983.

BELUCHE, Olmedo. El Congreso Anfictiônico de Panamá. **Sinpermiso**, 2021. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/el-congreso-anfictionico-de-panama>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOLÍVAR, Simón. **Carta de Bolívar al general Juan José Flores (1830)**. Wikisource. Disponível em: [https://es.wikisource.org/wiki/Carta\\_de\\_Bol%C3%ADvar\\_al\\_general\\_Juan\\_Jos%C3%A9\\_Flores\\_\(1830\)](https://es.wikisource.org/wiki/Carta_de_Bol%C3%ADvar_al_general_Juan_Jos%C3%A9_Flores_(1830)). Acessado em: 05 de ago. de 2024

BOLÍVAR, Simón. Manifiesto de Cartagena. **Biblioteca Virtual Universal**, 2003. Disponível em: <https://biblioteca.org.ar/libros/1232.pdf>. Acessado em: 13 de mai. de 2024.

BOYD, Kelly (Org.). **Encyclopedia of Historians and Historical Writers**. Vol. 1º. Chicago: Fitzroy Dearborn, 1999.

BRASIL. Fundação Alexandre de Gusmão. **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano I. nº 2, 2003.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Antônio Luís Pereira da Cunha, marquês de Inhambupe**. Rio de Janeiro: Memória Da Administração Pública Brasileira, 31 out. 2019. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/746-antonio-luiz-pereira-da-cunha-marques-de-inhambupe>>. Acesso em: 15 de jul. de 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil – Estados Unidos, 1824-1829**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, vol. 1, 2009.

CALMON, Pedro. **História do Brasil: século XIX - O Império e a ordem liberal**. 1ª ed. Vol. 4º. Campinas: Kirion, 2023.

CAYTON, Andrew R. L. The Debate over the Panama Congress and the Origins of the Second American Party System. **The Historian**. Taylor & Francis, Ltd. , Vol. 47, No. 2, fev., 1985, p. 219-238. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24445537>>. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2014

CRUZ, Abner Neemias da. Entre o Brasil e os Estados Unidos: divergências e convergências durante o Primeiro Reinado (1822-1828). **Faces de Clio**, Juiz de Fora, vol. 4, nº 7, jun-jul, 2018.

DAMAS, Germán Carrera (org.). **História General de América Latina: La crisis estructural de las sociedades implantadas**. Vol. 5. Paris: UNESCO, 2003.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independência: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola. **Estudos Históricos**, vol. 10, nº 20, dez, 1997.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independências: ensayos sobre las Revoluciones Hispánicas**. 1ª ed. Madrid: Editora Mapfre, 1992.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Pan-Americanismo: Monroe, Bolívar e Roosevelt**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1907.

LÓPEZ, Emilio La Parra. **Fernando VII: Un rey deseado y detestado**. 1ª ed. Barcelona: Tusquets Editores, 2018.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. **Revista de História**, São Paulo, n. 159, p. 225–241, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19094>. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

MAGALHÃES, José Calvet de. **Manual Diplomático** – Direito diplomático – prática diplomática. 3ª ed. Lisboa: Bizâncio, 2013.

MANCHESTER, Alan Krebs. The Recognition of Brazilian Independence. **The Hispanic American Historical Review**. Durham, vol. 31, nº 1, fev., 1951, p. 80–96.

MORENO, Gerardo Rivas. **Simón Bolívar Obras Completas**: La República de Bolivia (1825-1826). 1ª ed. Vol. 5º. Caracas: Fundación Para La Investigación y Cultura, 2016.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil**: um estudo de história diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

NOGUEIRA, Octaciano. **Obra política de José Bonifácio: comemorativa do sesquicentenário da Independência, vol. 1**. Brasília: Senado Federal, 1973.

Oxford Reference. **Diplomacy**. 2023 Disponível em: <https://oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803095719998>. Acesso em: 18 de Nov. de 2023.

PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência da América Hispânica na imprensa do Brasil: paralelismos, prognósticos e articulações políticas. *In*: Pamplona, Marco Antonio Villela; MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá (org.). **Revoluções de Independências e nacionalismos nas Américas** - Região do Prata e Chile. Vol. 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

PIMENTA, João Paulo Garrido. O Brasil e o Peru no contexto das independências: a hipótese de uma solidariedade monárquica. *In*: Godoy, Scarlett O'Phelan; García, Margarita Eva Rodríguez (org.). **El ocaso del antiguo régimen en los imperios ibéricos**. 1a ed. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2017. cap. 3. p. 83-99. Disponível em: <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/189830>. Acesso em: 30 de abr. de 2024.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)**. São Paulo: USP, 2012.

REZA, Germán A. de La. El congreso Anfictiónico de Panamá. Una hipótesis complementaria sobre el fracaso del primer ensayo de integración Latinoamericana Araucaria. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**. Sevilla: Universidad de Sevilla, vol. 4, núm. 10, segundo semestre, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28210409>>. Acesso em: 17 de jul. de 2024.

REZA, Germán A. de La. El traslado del Congreso anfictiónico de Panamá al poblado de Tacubaya (1826-1828). *Revista brasileira de Política Internacional*. vol. 49, n. 1, Jun, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/kyzDwxYbc3dvY7pr67R9Bth/>>. Acesso em: 15 de fev. de 2024.

SÁ NETTO, Rodrigo de. **O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. (Publicações históricas; 100) (Cadernos Mapa; n. 2 – Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <https://goo.gl/58g7u8>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o Interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SECKINGER, Ron L. South American power politics during the 1820s. **The Hispanic American Historical Review**, vol. 56, Nº. 2, Mai. 1976, p. 241-267.

SIMÕES, Joaquim Isidoro. **Colleção das Leis do Imperio do Brazil de 1822**. Vol. 1. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1887.

SOARES, Maria do Socorro Castro. Repercussões e especulações: o Império brasileiro sob a ótica da anexação da província Alto Peruana de Chiquitos. **Revista Multidisciplinar do UniSantaCruz**. Curitiba: Future Publishers Group, v.1, n. 3, p. 661-681, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/revmulti/article/view/362>>. Acesso em: 22 de Jul. de 2024.

TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina 1806-1852**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Ventiuno Editores, 2009.

YEPES, Jesús María. **Del Congresso de Panama a la Conferencia de Caracas, 1826-1954**: el genio de Bolívar a través de la historia das Relaciones Interamericanas. Caracas: Cromotip, 1955.